



Reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação – 22/06/2022, 19h.

PAUTA

- Fundeb, financiamento da Educação e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb);
- Informes: Movimento pela vinda do Instituto Federal para a cidade de Mauá; Congresso de Educação de Mauá; Fórum Municipal de Educação.
- Indicação de suplente para compor a equipe de monitoramento do PME;
- Decidir como faremos as próximas reuniões (online, presencial ou híbrida).

Segue o link: meet.google.com/ift-oqdq-duk

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2022, através do link: meet.google.com/ift-oqdq-duk, ocorreu a reunião ordinária do Conselho Municipal de Mauá com a presença dos seguintes conselheiros e conselheiras: Maria Cristina, Maurício, Claudinei, Genirce, Filomena, Raquel, Silvana, Lucas, Luiz Antonio e Sandra. Justificaram ausência: Nicolle e Rosana. Está presente, também, Débora Sibil que além de trabalhar no departamento jurídico da SE, também é Conselheira do CACS-FUNDEB e veio falar sobre o financiamento da Educação e a nova legislação. O Presidente do Conselho solicitou uma inversão de ordem na pauta e iniciou os informes falando sobre o movimento pela vinda do Instituto Federal para a cidade e explica que o Fórum reforça e apoia a participação neste movimento. Está previsto para o mês de agosto, nos dias 26, 27 e 28, o I Congresso de Educação de Mauá. O Congresso será organizado em 10 mesas temáticas e Intercâmbio de Experiências. Foi conversado no Fórum Municipal de Mauá que façamos um calendário de reunião em conjunto com o Fórum. Maurício nos recorda que ficou encaminhado da última reunião para que o CME indique um nome para suplente do representante do Conselho para compor a Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação. A Conselheira Genirce se prontificou e o CME unanimemente concorda com o nome. Débora Sibil inicia sua fala discorrendo sobre o Fundeb que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, um fundo especial de natureza contábil formado na quase totalidade, por recursos provenientes de impostos e transferências dos entes federados (estados e municípios). Os recursos desse fundo são redistribuídos para os estados e municípios, a fim de garantir os mínimos constitucionais, ou seja, valor aluno/ano e piso salarial dos professores. O papel dos Conselhos Municipais na garantia de uma Gestão democrática e participativa é fundamental a partir do momento



em que constituem espaços de Controle Social, onde as pessoas participam e fiscalizam a função administrativa do ente. São, portanto, espaços de interação entre o poder público e a sociedade e quanto ao exercício do controle social no âmbito das relações entre Estado e Sociedade. O CACS – Fundeb é um colegiado que tem como função principal acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo. É uma instância de representação social que oportuniza a participação cidadã na gestão das políticas públicas. Os recursos do FUNDEB não correspondem ao orçamento da Educação, ele é um fundo de valorização do magistério, uma receita complementar e não exclusiva, Nos dois casos o montante é resultado das arrecadações de impostos. O Fundeb passou a ser um fundo permanente em 2020. Débora apresenta os quadros da AUDESP com receitas e despesas do Ensino e faz toda explicação do como, quanto e quais impostos são retidos no FUNDEB e quanto retorna para o município. Esclarece que o que retorna para o município é insuficiente para o pagamento de folha e que é necessário fazer uma complementação com recursos do “tesouro”. Apresenta as folhas de pagamento da Educação, o relatório do SIOPE e os extratos bancários da conta-corrente e aplicação. A Lei 14.113/2020 fala sobre a distribuição dos recursos do Fundeb: com base nas matrículas presenciais efetuadas em cada rede de ensino nos âmbitos de atuação prioritária (Censo Escolar), para o Estado: ensino fundamental, médio e modalidades e para o Município: Educação Infantil, ensino fundamental e modalidades. Débora discorre, também, sobre a complementação VAAF (valor aluno ano Fundeb) que foi regulamentado na Lei citada: é um acréscimo para os fundos estaduais com menor valor por matrícula da Educação Básica, a fim de garantir o piso por aluno em todas as redes públicas; VAAT(valor aluno ano Total), instituído em 2021 (de 2% a 10,50%) e estará completo em 2026, cujo objetivo é aumentar o gasto por aluno nas redes municipais e estaduais com menos recursos vinculados à educação. Para o cálculo da capacidade de investimento é feita a soma das receitas vinculadas à educação dividida pelo número de matrículas presenciais. Metade deverá custear as matrículas da educação infantil (creche e pré-escola) dos municípios. E, ainda, 15% devem ser usados para despesa de capital. RECEITAS VINCULADAS: os mínimos constitucionais, o FUNDEB, o Salário Educação, parcela da exploração de petróleo e gás natural de municípios e estados contemplados e transferências dos programas do FNDE; VAAR (valor aluno ano resultados) que será implantado a partir de 2023 e estará completo em 2026 (de 0,75% a 2,5%), complementação que premia as redes com bons indicadores de gestão, desempenho dos alunos, redução de desigualdades, independentemente da capacidade financeira. Após a explanação o Profº Maurício abre para considerações dos conselheiros e conselheiras, explicando que a preocupação de investir 25% do orçamento é recorrente e que para se ter um atendimento de qualidade há 18 escolas em manutenção. Lucas diz que Educação é política de estado e não de governo. Fala da prisão do ministro de educação e a indignação que isso deve causar nos conselheiros na situação de mau uso do dinheiro público. Considera que precisamos acompanhar o investimento para que a escola seja pública, de qualidade e gratuita, e que o projeto de lei da PMSP de privatização das escolas municipais, deve indignar todos os segmentos de defesa de direitos; que quando a



PREFEITURA DE MAUÁ
Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação
cme@educacao.maua.sp.gov.br

secretaria propõe a gestão democrática, o CME deve ajudar a Rede a melhorar cada vez mais, participando e apoiando a Educação do Município. Luiz concorda com Lucas, e que devemos lutar para manter o Fundeb permanente, que é o que organiza minimamente os entes federados garantindo o mínimo para todos os municípios do país. Considera que se não houvesse o Fundeb estaria muito pior. Considera que a participação nos conselhos é de extrema importância mas que não há cultura de participação. Infelizmente contamos com 50% dos conselhos participando. Lucas comenta que inclusive o Fórum Municipal de Educação sofre com a baixa adesão, e que geralmente que participa de um conselho está em outro ou em outros. Sugere ligar para os conselheiros e mandar um ZAP convidando e convencendo sobre a participação. Mantemos a próxima reunião às 19h online. Nada mais havendo a ser tratado o Presidente do CME de Mauá, Sr Maurício Leme dá por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos e eu, Maria Cristina Morgado Loureiro, secretariei e assino esta ata junto com os presentes e que será lida no início da próxima reunião no dia 27/07/2022.



Lista de presença
22/06/2022

Representantes	Nome	Frequência
Titular	Maria Cristina Morgado Loureiro	p
Titular	Maurício Leme da Silva	p
Suplente	Geraldina Ferreira Canuto	
Suplente	Rita de Cássia Freitas Santos	
Titular	Claudinei Bonaldo	p
Titular	Claudineide S. dos Santos	
Suplente	Paulo Henrique L. Silva	
Suplente	Kelly Cristina A. Santos	
Titular	Genirce de Oliveira Fernandes	p
Titular	Filomena Franco de Oliveira	p
Titular	Nicole Fleury Galetti Galvão Rodrigues	j
Titular	Rosana Maciel Bilar	j
Suplente:	Rodrigo Antonio da Rocha	
Suplente	Raquel Pereira de Carvalho	p
Suplente	Gabriela Tavares dos S. Nogueira	
Suplente	Ana Maria Sapanos Lacerda	
Titular	Suellen Apª de Campos	
Titular	Silvana do Nascimento Pereira	p
Suplente	Juliana de Moraes dos Santos	
Suplente	Eivani Gonçalves da Silva	
Titular	Juscelino Barbosa Alves	
Titular	Tatiara Monique Secundo da Silva	
Suplente	Edilson Soares da Paixão	
Suplente	José Evilânio Alves da Silva	
Titular	Wagner Cipriano de Araújo (APROMAM)	
Titular	Lucas Miranda (SINDSERV)	p
Titular	Luiz Antonio de Paula (UDEMO)	p
Titular	Sandra Regina Chinchio Nascimento (CAPESP)	p
Suplente	Laura Rosa Lins (CASSAP)	
Suplente	Manoel da Paz da Silva (UDEMO)	
Suplente	Alexandra Pechtoll Ferreira (APROMAM)	
Suplente:	Edjane Gomes de Menezes (AFUSE)	